

Análises feministas e antirracistas



SOBRE OS

GRUPOS IDEOLÓGICOS DO CONGRESSO NACIONAL (2023-2026)



ANÁLISES FEMINISTAS E ANTIRRACISTAS

SOBRE OS

GRUPOS IDEOLÓGICOS DO CONGRESSO NACIONAL (2023-2026)





Cfemea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Esta publicação pode ser copiada e reproduzida parcial ou totalmente em qualquer meio, desde que citada a autoria e a fonte.

SCS Quadra 2 Bloco C, sala 602, Ed. Goiás - 70.317-900 Brasília-DF
Email: cfemea@cfemea.org.br

Brasília- Brasil - 2023



Centro Feminista de Estudos e Assessoria

EQUIPE CFEMEA

Colegiado de Gestão

Guacira Cesar de Oliveira e Mirla Maciel

Amara Hurtado, Clara Wardi, Gabriela Fidellis, Guacira Cesar de Oliveira, Ivana Sant'Anna, Ivônio Barros Nunes, Jolúzia Batista, Júlia Carrera, Lu Ferreira e Mirla Maciel

Coordenação da Pesquisa

Guacira Cesar de Oliveira e Jolúzia Bastista

Equipe de Pesquisa

Denise Mantovani, Maíres Barbosa, Mari Mesquita e Milena

Balançon Redação

Clara Wardi

Ilustrações

Carol Barreto / Angola Comunicação

Apoio

OAK Foundation, Fundação Heinrich Böll e FÔS Feminista



AUTORIA

Este texto foi escrito com base em pesquisa coordenada pelo CFEMEA e desenvolvida pelas pesquisadoras Denise Mantovani, Maíres Barbosa, Mari Mesquita e Milena Belançon.

Neste ano, inicia-se uma nova Legislatura (2023-2026) no Congresso Nacional, em contexto paradigmático para a política brasileira. O Partido dos Trabalhadores retoma seus trabalhos no Executivo após quase sete anos do golpe sexista contra a gestão da primeira presidenta eleita, Dilma Rousseff. O giro ideológico dessas últimas eleições redirecionou os rumos sombrios pelos quais a extrema direita arrastava o Brasil, sob a conduta de Bolsonaro. O presidente Lula assumiu o poder com propostas de cunho popular e progressista para a retomada do país em diversas frentes, entretanto o conservadorismo e a extrema direita se mantiveram como uma representação bastante significativa no Congresso – o que significa que as articulações feministas e antirracistas continuarão enfrentando muitos desafios para concretizar suas pautas.

Em perspectiva macrosociológica, a ideologia de extrema direita e direita conservadora está diretamente ligada à herança colonial, racista e patriarcal que fundam as opressões estruturais do país, como o racismo, o sexismo, a aporofobia, a transfobia, a homofobia, lesbofobia, entre outros. Um exemplo pungente é a reprodução da falsa ideia

de democracia racial, uma vez que no Brasil, um país “mestiço” e “cordial”, não haveria conflito entre raças. Essa ideia pacificadora invisibiliza as desigualdades raciais no Brasil, ao mesmo tempo que renega a sistemática violação de direitos enfrentada pelo povo negro e indígena, herdada desde o período do período colonial.

A perseguição policial contra jovens negros, a falta de políticas destinadas às mães solo, as altas taxas de mortalidade materna, o feminicídio, a escassa malha de saneamento básico são algumas das formas pelas quais o racismo, classismo e o patriarcado se expressam simultaneamente, impactando principalmente as mulheres negras brasileiras, em cenário de aprofundamento das injustiças reprodutivas.

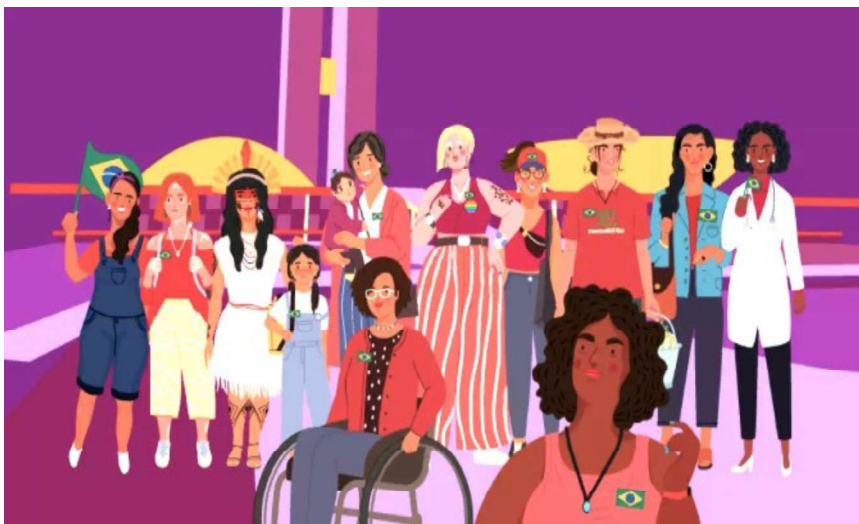
A omissão do reconhecimento e enfrentamento dessas estruturas de opressão no Brasil repercute na construção de políticas públicas excludentes, que desconsideram os problemas sociais que afetam populações específicas, a partir dos eixos de opressão que atravessam seus corpos. O neoconservadorismo invoca a reprodução da ideia de sujeito universal na construção de políticas públicas, em detrimento do olhar interseccional para as necessidades da população. O gênero, a raça e classe são os principais marcadores sociais que devem ser as referências na discussão política brasileira, e, também, é preciso considerar a idade, território, entre outros marcadores sociais a depender do contexto.

Aliada a tentativa de pacificação racial no Brasil, é alimentada a ameaça pulsante do fantasma do comunismo em parte da população cristã e/ou insatisfeita com os

governos petistas e demais partidos de esquerda. Este grupo subverte a linguagem e os objetivos de justiça social defendidos pelos direitos humanos, ao mesmo tempo que se alinha a projetos neoliberais de falsas promessas liberais, que acabam agravando as desigualdades sociais no país, precarizando os trabalhos, aumentando o endividamento da população, agredindo o meio ambiente e agindo contra a vida das populações em situação de maior vulnerabilidade.

Em resistência histórica às ofensivas antigênero e antidireitos, se localizam as articulações políticas feministas, antirracistas e anticapitalistas, representadas por movimentos sociais, sindicatos, comunidades organizadas e também por parlamentares alinhad@s à luta. A construção conjunta de estratégias entre representantes do Estado e cidad@s organizad@s é fundamental para fortalecer os pilares da participação social e popular na construção de políticas públicas que contemplem a população em sua diversidade.

Com o objetivo de subsidiar ações estratégicas de parlamentares e movimentos do campo, este documento apresenta um mapeamento d@s deputad@s e senador@s eleit@s, divididos por grupos ideológicos, indicando as proximidades e as formas com que se posicionam contra às pautas que envolvem os direitos das mulheres. Além disso, também é objetivo desse material colaborar com a transparência pública e cidadã de informações sobre @s representantes de Estado, eleit@s pelo povo, a partir da ótica feminista e antirracista.



GRUPOS IDEOLÓGICOS

Como metodologia de pesquisa, identificamos e categorizamos cinco grupos ideológicos (desde muito próximo à agenda feminista até @s ativistas antigênero). Vale destacar que as narrativas políticas desses grupos muitas vezes se interseccionam o que quer dizer que um@ parlamentar pode pertencer a mais de um grupo.

Os dados que amparam esta análise foram coletados durante o período de campanha eleitoral do primeiro e segundo turnos de 2022, o que se refere a um retrato de seus discursos nesse período eleitoral¹.

¹ Após as eleições, alguns parlamentares se licenciaram dos cargos legislativos para assumirem funções junto ao Executivo. Ao considerar a proximidade ideológica dos integrantes da chapa eleitoral, consideramos que as mudanças não impactaram significativamente os resultados obtidos na pesquisa.

✓ **Grupo armamentista**

Bancada da bala/defensor do armamento individual/ liberação das armas/armar para proteger as mulheres da violência, etc.;

✓ **Grupo religioso**

Bancada da bíblia/posicionamento "pró-vida/invoca a religião, Deus, abordagens bíblicas/apresenta-se como católico, evangélico, "temente a Deus"/ leigas e leigos defensores da agenda "pró-vida", contra o aborto onde se localizam os e as eleitas mais antagônicas à agenda feminista;

✓ **Grupo costumes**

Defensores da "família tradicional", conservadores/ concorda que o lugar da mulher é como mãe, cuidadora, dona-de-casa/só existe dois sexos conforme a biologia/ refratário à agenda LGBTQIA+, mas não fazem desses temas sua agenda principal;

✓ **Grupo feminista, antirracista**

Elegerem-se apresentando a pauta dos direitos das mulheres e da diversidade sexual/ defende as lutas feministas mesmo que parcialmente;

✓ **Grupo d@s conservadores**

Apoia algumas lutas das mulheres, sobretudo contra a violência de gênero, a violência doméstica, violência contra idosos, jovens e adolescentes, apesar de não reconhecer situações interseccionais de violências.

* Escalas

Dada a pluralidade de parlamentares que compõem os grupos, inclusive podendo estar presentes em mais de um deles, para termos mais precisão sobre o posicionamento individual, procuramos localizá-l@s numa escala de valor de 2, 1, 0, -1, -2, indo do mais próximo ao mais distante da agenda política feminista e antirracista, respectivamente. Por exemplo, o **numeral 2** indica parlamentares comprometid@s com a agenda feminista e o -2 aponta @s parlamentares mais avess@s às pautas da referida agenda. Os números próximos, 2 e 1, assim como -1 e -2 indicam grupos que poderiam configurar potenciais alianças na atuação parlamentar.

O numeral **zero** indica o grupo em que as questões de gênero não foram mencionadas durante a campanha e nenhum dos posicionamentos permitiria indicar um viés. Neste grupo, encontramos muitos candidatos e candidatas ligados ao agronegócio, diversos parlamentares que buscavam a reeleição que enfatizaram as emendas que destinaram para a realização de obras nas localidades de seu estado; empresários que enfatizavam o desenvolvimento de negócios para o crescimento regional. Pode haver potenciais alianças, porque não foi possível identificar posicionamento contrário à agenda de gênero. Muitos deles também evitaram se posicionar em relação às candidaturas estaduais ou de Lula e Bolsonaro.

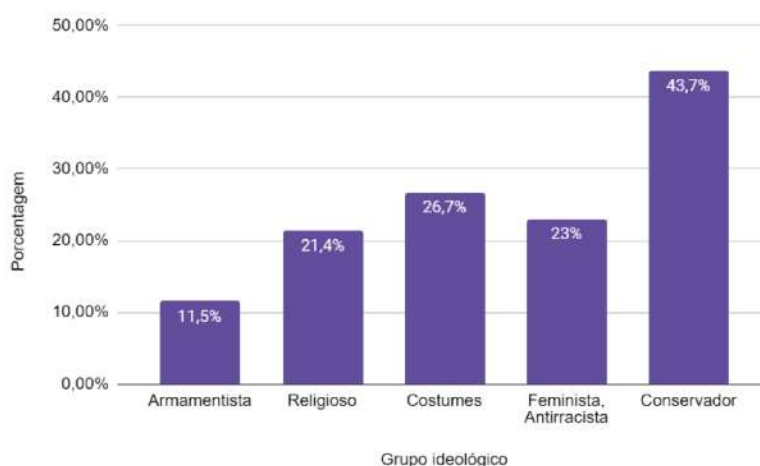
Os grupos (-1) e (-2) apresentaram posicionamentos favoráveis à agenda conservadora, aos fundamentalismos religiosos, à agenda “pró-vida” e de defesa da família tradicional. No grupo (-2) identificamos todos aqueles e aquelas que explicitamente combatem a agenda de gênero, são fundamentalistas religiosos, apresentam posições antidemocráticas, de extrema direita, armamentistas, em sua maioria apoiaram Jair Bolsonaro, defendem ditaduras e atacam toda e qualquer agenda do campo progressista e da luta das mulheres. Possuem retórica violenta de eliminação daqueles que divergem de seus posicionamentos.



CÂMARA FEDERAL

Na Câmara, observamos um cenário de aumento do conservadorismo e da extrema-direita. O Grupo Feminista e Antirracista se mantém com baixa representação, mas pode ter pontos de contato com o Grupo Conservador a depender do assunto e do contexto, dada a sua heterogeneidade. Este pode ser considerado um grupo com potenciais aliados para eventuais alianças estratégicas porque não adotam um discurso de rechaço às agendas por igualdade de gênero.

Grupos ideológicos na Câmara Federal



Fonte: CFEMEA, 2022

O ponto mais preocupante é de que há 11% de parlamentares do Grupo Armamentista, da extrema direita radical. A presença del@s colabora com a contínua reprodução de propostas punitivistas, com base no armamento, e na reprodução de violências e desigualdades que ameaçam a democracia brasileira. Alguns se elegeram apresentando-se

como CACs, integrantes do “exército bolsonariano”, como o delegado Caveira, (PL/PA). Em sua grande maioria foram apoiadores de Jair Bolsonaro desde o 1º turno. Associam a “liberdade” ao direito de portar armas e se defender, reproduzem os discursos “anticomunistas”, contra a esquerda e toda a agenda progressista.

O grupo religioso é amplo e bastante diverso em termos partidários. Além disso, é importante ressaltar que, embora com diversas matizes, a perspectiva religiosa atravessa todos os partidos com representação no Congresso. **São 110 deputados eleitos/as que estão nesse grupo (21,4%).** É um grupo também de alerta aos movimentos feministas e antirracistas por terem como uma das prioridades de agenda o combate aos direitos sexuais e reprodutivos, assim como os direitos à diversidade sexual de lésbicas, bissexuais, gays, trans, não binárias, queer+. Dada a visão criacionista, muitos não reconhecem a violência do racismo e da desigualdade e pobreza da maioria dos eleitores.

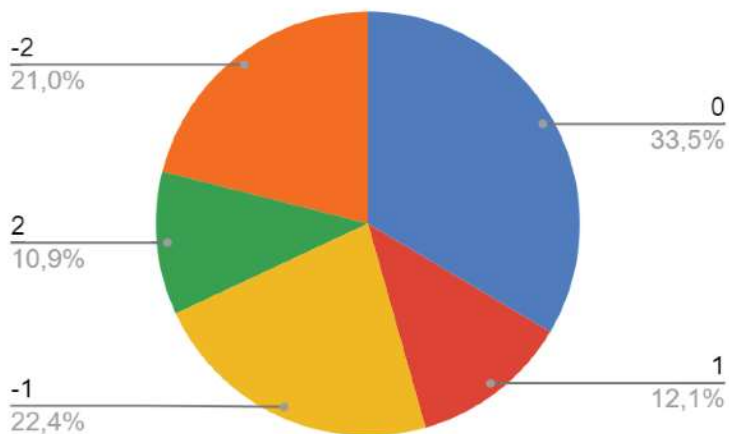
Com significativos pontos de contato com estes parlamentares, temos o Grupo dos Costumes, que representam 26,7% dos deputados e que também se opõem a agenda feminista.

O Grupo Conservador representa a maioria dos eleitos, com 43,7% de parlamentares. A justificativa para a alta presença de parlamentares alinhados a essa ideologia é porque tal grupo apresenta características mistas, sendo que parte dele pode ser estratégico para o estabelecimento de alianças de cunho progressista e outros, não, sendo mais alinhados à agenda pró-vida.

O Grupo Feminista e Antirracista é representado por parlamentares que trazem a agenda feminista, antirracista, de crítica ao capitalismo e seu impacto na vida das mulheres, da população negra, indígena, pobre e periférica do Brasil. O estudo identificou **118 (23%) parlamentares nesse campo**, distribuíd@s em 15 partidos: 61 no PT, 12 no PSOL, 5 no PCdoB, 5 MDB, 5 PSD, 4 PV, 4 PDT, 2 PP, 2 REDE, 1 CIDADANIA, 1 PSDB, 1 Avante, 1 Solidariedade, 1 Podemos, 1 União Brasil.

Abaixo, apresentamos um posicionamento mais específico, a partir do espectro que vai do -2 ao 2, indicando aversão ou proximidade à agenda feminista e antirracista respectivamente.

Posicionamento d@s parlamentares na Câmara Federal



Fonte: CFEMEA, 2022

Grupos distantes ou antagônicos à agenda feminista – Câmara Federal

Nestes grupos estão situados os/as parlamentares que manifestaram vínculos religiosos, se declaram “defensores da família tradicional”, discordam da igualdade de gênero, são críticos à união homoafetiva ou, ainda, evitam ou se declararam contrários aos direitos sexuais e reprodutivos. No total, esse grupo (-2 e -1) chega a **43,4% da Câmara dos Deputados**, com 223 parlamentares, que adotaram posicionamentos refratários à igualdade de gênero.

- **Valoração -2**

No -2 se localizam aqueles cujos posicionamentos expressam contrariedade à igualdade de gênero ou mesmo combatem toda a agenda progressista de direitos humanos e equidade de gênero, raça e classe social. Muitos dessas parlamentar@s propagam a agenda da extrema direita e neoconservadoras, pró-vida, armamentistas.

Este grupo compõe 21% (108) dos eleitos na Câmara.

Os parlamentares mais radicalmente contrários à agenda feminista estão no PL (54 deputados/as), seguidos do Republicanos (17), União Brasil (13 deputados/as), PSD (7 deputados/as), PP (6), MDB (5 deputados), PSC e Podemos com 2 (dois) deputados/as cada um e PV e PTB com 01 (um) deputado cada um.

Entre as parlamentares, estão: Bia Kicis (PL), Carla Zambelli (PL), Christine Tonietto (PL), Caroline de Toni (PL), Dayany do Capitão (União Brasil), Clarissa Tércio (PP), Julia Zanatta (PL), Roberta Roma (PL), Rogeria dos Santos

(Republicanos), Coronel Fernanda (PL), Silvia Lopes (PL). Muitas delas são as principais porta-vozes da extrema direita hoje, incorporando em seus discursos a defesa das mulheres a partir de uma visão que fortalece as desigualdades, como, por exemplo, o porte de armas como política de combate à violência contra as mulheres.

Entre os homens estão: Eduardo Bolsonaro (PL), Nikolas Ferreira (PL), Ricardo Salles (PL), André Ferreira (PL) e Tenente Coronel Zucco (Republicanos), por exemplo.

- **Valoração -1**

Este grupo tambémpositor à agenda feminista e antirracista constitui-se de **115 deputados (22,4%** dos 513 eleitos), com posições neoconservadoras, apresentam-se como defensores da família tradicional, assim como ligados à agenda do agronegócio, madeireiros, etc.

Estão distribuídos nos seguintes partidos: PL (29), União Brasil (19), PP (18), Republicanos (10), MDB (10), PSD (9), Podemos (5), PSDB (4), PSC (3 deputados), Novo e Avante com 01 deputado cada e, finalmente, PDT, Patriota, Solidariedade, PROS com 1 deputado cada.

Dentro deste grupo, a representação feminina é bem mais baixa. Entre elas estão: Cristiane Lopes (União Brasil), Daniela do Waguinho (União Brasil) – que se licenciou do cargo para assumir o Ministério do Turismo –, Dani Cunha (União Brasil), Gleyce Elias (AVANTE), Magda Mofatto Hon (PL) e Rosangela Moro (União Brasil).

No que versa sobre os homens, entre eles estão: Marcos Pollon (PL), André Fernandes (PL), Eduardo Pazuello (PL), Deltan Dallagnol (Podemos) e Celso Russomanno (Republicanos).

Grupos mais próximos da agenda feminista – Câmara Federal

Nesse bloco (2 e 1), o estudo identificou 118 deputados (23% dos 513 deputados) com posições mais favoráveis à agenda da igualdade de gênero.

- **Valoração 2**

O grupo “**nota 2**” chega a **56 deputadas/os (10,92% dos 513 deputados)**. Suas posições vão desde a defesa do direito ao aborto, dos direitos sexuais e reprodutivos, em favor da laicidade do Estado (mesmo declarando algum vínculo religioso), o direito à livre orientação sexual, combatem o racismo e o machismo estruturais, entre outras.

A maioria desse grupo está no PT (32), seguida do PSOL (12), PCdoB (3 deputadas/os, Rede (2) e PDT, PP, PSD, Solidariedade, podemos cada 1 (um) deputada/deputado nesse grupo.

Diferentemente dos demais grupos, neste aqui é notada a presença de mulheres trans, o que coaduna com que as pautas pelo reconhecimento da identidade de gênero. Entre as mulheres estão: Alice Portugal (PCdoB), Benedita da Silva (PT), Duda Salabert (PDT), Erika Hilton (PSOL), Erika Kokay (PT), Jandira Feghali (PCdoB), Lídice da Mata (PSB), Sâmia Bomfim (PSOL), Talíria Petrone (PSOL) e Fernanda Melchionna (PSOL).

Entre os homens, estão: Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Vieira (PSOL), Lindbergh Farias (PT), Paulo Teixeira (PT), Tarcísio Motta (PSOL) e Túlio Gadelha (Rede).

- **Valoração 1**

O Grupo de “**nota 1**” representa os **potenciais aliados para diversas agendas feministas**. Mesmo que não tenham abordado diretamente temas relacionados à agenda feminista, foram classificados nesse grupo porque seus posicionamentos em outros assuntos sugerem que poderiam apoiar determinados projetos em apoio à igualdade de gênero, políticas afirmativas ou legislação que respeite a laicidade.

Quando observamos o recorte partidário, além dos partidos à esquerda do espectro político, também encontramos representantes em siglas de centro e direita. O PT possui 26 parlamentares nesse grupo, seguido do MDB (8), PDT (5), PSD (4), PV (3), PCdoB, PSDB, Cidadania, PSB, União Brasil, Republicanos com dois parlamentares cada um e PP, Avante, Podemos com um parlamentar de cada partido.

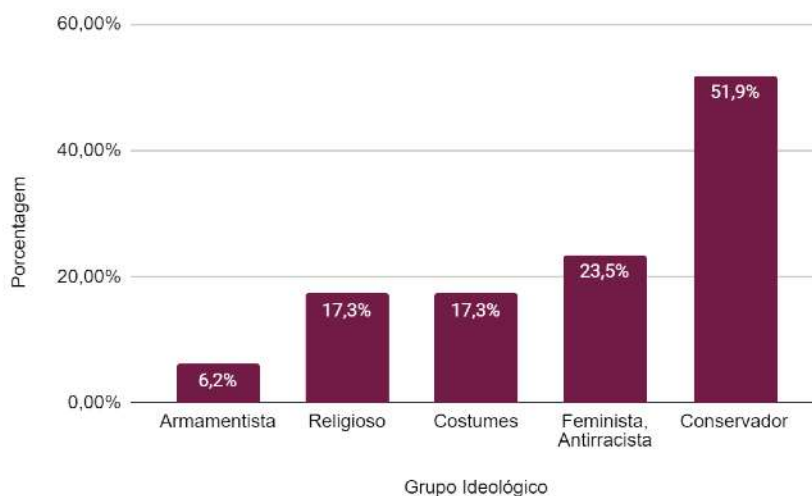
Entre as mulheres estão: Carmen Emília Zanotto (Cidadania), Fernanda Pessoa (União Brasil), Delegada Ione Barbosa (Avante), Professora Goreth (PDT), Rejane Dias (PT), Rosangela Gomes (Republicanos).

Entre os homens: Airtton Luiz Faleiro (PT), Daniel Gomes de Almeida (PCdoB), João Carlos Bacelar Batista (PV), Mineiro (PT), Geraldo Resende (PSDB), Reginaldo de Oliveira Lopes (PT).

2. SENADO FEDERAL

Nesta legislatura, o Senado também se transformou em uma arena de disputa de direitos políticos relacionadas aos direitos humanos, principalmente às chamadas “pautas morais” que englobam os DSDR. As posições nas redes sociais dos senadores indicaram um Senado conservador, defensor da família tradicional e de uma agenda de costumes sem confronto com estruturas tradicionalistas, mas é baixa a presença de posições extremas, com (05) cinco senadores (6,2%), que estão no grupo de extrema direita que reúne posições pró-arms, assim como ruralistas pro desmatamento.

Grupos ideológicos no Senado Federal



Fonte: CFEMEA, 2022

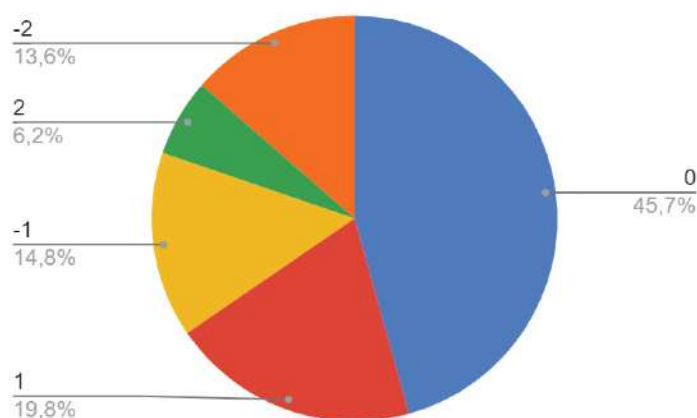
Chamamos a atenção para os grupos religiosos, identificados com posições fundamentalistas, que atacam a igualdade de gênero (14 senadores ou 17,3%) e o grupo dos senadores defensores da pauta dos costumes, defensores da família tradicional que naturalizam hierarquias de gênero, apoiam pautas da extrema direita, neoconservadoras. Aqui, também se localizam @s senadores tradicionalistas e empresári@s do agronegócio.

Somados, esses dois grupos (religiosos e armamentistas) chegam a **28 senador@s (34,5%)** e sugerem uma relação distanciada da agenda feminista. Estão vinculados aos seguintes partidos: no grupo religioso estão o PL (4 senadores), Republicanos (3), PP (2), PSC (2) além do PROS, Cidadania e União Brasil com 01 (um) senador em cada sigla. Nesses grupos estão senadores de extrema direita e neoconservadores, mostrando o avanço da direita radical no Senado federal.

Já o grupo maior, formado por 42 senadores (51,9%), foi classificado no universo de conservadores, mas a maioria de suas narrativas não mostraram posicionamentos relacionados às temáticas de gênero, nem contra nem a favor. A maior parte deste grupo se intersecciona com os senadores “sem posição”, indicados na valoração zero, abaixo. Suas páginas sugerem valores conservadores ou enquadram-se no perfil dos políticos tradicionais que destacam as emendas e obras regionais em suas bases eleitorais, além de temáticas econômicas ou agronegócio. Tais parlamentares foram candida@s pelos seguintes partidos: MDB (8), PSD (6), União Brasil (5), PP (5),

Podemos (3), PSDB (3), PL (3), PTB (2) e PDT, PSB, PT, PSC e Republicanos com 1 (um) senador cada.

Posicionamento d@s parlamentares no Senado Federal



Fonte: CFEMEA, 2022

Grupos mais próximos da agenda feminista – Senado Federal

- **Valoração 2**

Em que pese o avanço à direta com os novos eleitos e eleitas no Senado, a legislatura de 2023 a 2026 tem um grupo de cinco (5) senador@s que foram identificad@s com posições de apoio à agenda feminista, chegando a 6,1% (5): 2 (dois) do PT e 1 (um@) do PSB, Rede, PSDB respectivamente. São el@s: Mara Gabrilli (PSDB), Humberto Costa (PT), Randolfe Rodrigues (Rede), Teresa Leitão (PT) e Flávio Divo (PSB) –

que se licenciou do cargo assumido pela suplente Ana Paula Dias Lobato Nova Alves (PSB).

- **Valoração 1**

O grupo acima somado com 16 senador@s (19,75%), que **poderiam apoiar projetos em defesa da igualdade de gênero** e direitos sexuais e reprodutivos, chegariam a **25,9%** do Senado. Alguns desses parlamentares de valoração 1m que apresentam proximidade com a agenda são: Renan Calheiros (MDB), Soraya Thronicke (União Brasil), Jaques Wagner (PT), Leila do Vôlei (PSB), Rodrigo Pacheco (Outro) e Eliziane Gama (PSD).

Grupos distantes ou antagônicos à agenda feminista – Senado Federal

- **Valoração -2**

A perspectiva de extrema direita e neoconservadora e antigênero elegeu 11 senadores (13,58%). Entre eles estão: Flávio Bolsonaro (PL), Damares Alves (Republicanos), Eduardo Girão (PROS), Magno Malta (PL), Ivete da Silveira (Republicanos) e Carlos Viana (PL).

- **Valoração -1**

Somados aos senadores que adotaram posições conservadoras (grupo -1), com 12 senadores (14,81) temos 23 (28,39%) explicitamente contrários ou potencialmente refratários às agendas que envolve direitos e igualdade de gênero.

Entre @s parlamentares classificad@s na valoraçã -1, estão: Sergio Moro (União Brasil), Marcos do Val (Podemos), Romário (PL), Eliane Nogueira (PP) e Eduardo Gomes (PL).



O QUE FAZER DIANTE DESSES DADOS?

Com base no mapa aqui apresentado sobre os posicionamentos ideológicos d@s parlamentares eleit@s, partir do ponto de vista feminista e antirracista, observamos que as ofensivas antigênero e antidireitos se estruturam de forma consolidada no Congresso Nacional. De qualquer forma, não podemos identificá-las sempre em grupos fechados e homogêneos, uma vez que eles se interseccionam entre si.

Chama a atenção a presença significativa dos grupos radicais de extrema direita, que apresentam posicionamentos antidemocráticos, tendo o armamento como liga interna. Junto aos grupos religiosos, representam os principais opositores à agenda progressista. Esses dois grupos corporificam, no Congresso e no Senado, a extrema direita e o neoconservadorismo que colocam em risco a cidadania das mulheres, meninas, população negra, indígena e LGBTQIA+, sob o apego às estruturas de poder de herança colonial, como o racismo e o classismo, junto ao patriarcado.

Por outro lado, temos o grupo conservador e dos costumes que podem representar possíveis alianças estratégicas para nós a partir de argumentos, percepções e negociações que, sem dúvidas, não serão fáceis.

Esperamos que essas informações possam contribuir para, primeiro, conhecer a organização do poder no Congresso para depois desafiá-lo. Seguimos junt@s na construção dessa nova fase democrática brasileira, pleiteando sempre pelas

pautas dos direitos humanos e pela construção de políticas públicas que contemplem a população em suas necessidades específicas.



Centro Feminista de Estudos e Assessoria



SCS Quadra 2 Bloco C, sala 602, Ed. Goiás - 70.317-900
Brasília-DF

Email: cfemea@cfemea.org.br